

# Nota Técnica

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO  
EM SITUAÇÃO DE RUA NO  
BRASIL (2012-2022)

Nº 103

---

**Disoc**

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

Marco Natalino

Fevereiro de 2023



## Governo Federal

### Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

# ipea

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### Presidenta

Luciana Mendes Santos Servo

#### Diretor de Desenvolvimento Institucional (substituto)

Fernando Gaiger Silveira

#### Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (substituta)

Lusení Maria Cordeiro de Aquino

#### Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas (substituto)

Cláudio Roberto Amitrano

#### Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (substituto)

Aristides Monteiro Neto

#### Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura (substituta)

Fernanda De Negri

#### Diretor de Estudos e Políticas Sociais (substituto)

Carlos Henrique Leite Corseuil

#### Diretor de Estudos Internacionais (substituto)

Fábio Vêras Soares

#### Coordenador-Geral de Imprensa e Comunicação Social

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

## EQUIPE TÉCNICA

### Marco Natalino

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea).

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdisoc103>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.  
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## SUMÁRIO

|                                                                                 |    |
|---------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO .....                                                              | 5  |
| 2 FONTES DE DADOS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA .....                    | 5  |
| 3 UMA NOTA DE CAUTELA: OS DESAFIOS POSTOS PELA PANDEMIA À COLETA DE DADOS ..... | 8  |
| 4 MODELO.....                                                                   | 10 |
| 5 RESULTADOS .....                                                              | 11 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                                     | 13 |
| REFERÊNCIAS .....                                                               | 13 |
| APÊNDICE .....                                                                  | 15 |



## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil não conta com dados oficiais sobre o número de pessoas em situação de rua. A instituição de contagem oficial desse segmento está prevista na Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), instituída pelo Decreto nº 7.053/2009. Contudo, e malgrado os esforços de organizações da sociedade civil e da Defensoria Pública da União, tanto o Censo Demográfico de 2010 quanto o de 2022 seguiram o método tradicional de contagem, computando apenas a população domiciliada.<sup>1</sup> Tal realidade implica prejuízos para a correta avaliação da demanda por políticas públicas por parte desse segmento, como foi evidenciado pela recente dificuldade do Ministério da Saúde para alocar um número adequado de vacinas contra a covid-19 para a população em situação de rua.

Para contornar essa dificuldade, apresentamos primeiro uma estimativa das pessoas em situação de rua no Brasil para 2015, utilizando dados oficiais informados por 1.924 prefeituras. Em seguida, atualizamos a estimativa até março de 2020, já no início da pandemia. Por fim, neste texto, analisamos a evolução no quantitativo de pessoas desse grupo até 2022 (Natalino, 2016; 2020).

O histórico de tratamento da população em situação de rua pelo Estado brasileiro é marcado pela repressão e invisibilização desse segmento. Uma semana após a abolição da escravidão, o Ministério da Justiça enviou um *projeto de repressão à ociosidade*, buscando reprimir a circulação dos outrora escravizados pelo espaço urbano. Como aponta Chalhoub (1983, p.55), esse projeto foi votado quase que unanimemente pela Câmara, sendo saudado como “de salvação pública (...) exatamente porque tinha como objeto principal a *população nacional*, ou seja, o liberto”. Tanto o Código Criminal de 1830 quanto o Código Penal de 1890 e a Lei de Contravenções Penais de 1941 estipulavam penas para a “vadiagem”.<sup>2</sup> Embora essa legislação possa parecer distante no tempo, na verdade, o artigo da Lei de Contravenções Penais de 1941 que trata da mendicância “por ociosidade ou cupidez” só foi revogado em 2009.

No mesmo ano foi promulgada a PNPR; publicada a pesquisa *Aprendendo a Contar* (Quiroga da Cunha e Rodrigues, 2009), que realizou uma contagem da população em situação de rua em todos os municípios capitais, com mais de 300 mil habitantes; e tipificados os serviços da assistência social, incluindo o serviço específico para atendimento a esse segmento. Em 2010, a população em situação de rua foi incluída como segmento específico no Cadastro Único (CadÚnico). Em 2011, estabeleceu-se o direito de acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) mesmo sem comprovante de residência. No ano seguinte, regulamentou-se o funcionamento dos consultórios na rua (CnRs).

Este breve resgate histórico deixa claro o quão próximos ainda estamos a um legado de tratamento do povo da rua como, na melhor das hipóteses, cidadãos de segunda classe. É nesse contexto que a contagem dessa população por parte do poder público se constitui um elemento estratégico de gestão para as políticas públicas. Sem conseguir dimensionar quantas pessoas estão em situação de rua, corre-se o risco de se reproduzir a invisibilidade social desse grupo no âmbito das políticas públicas.

## 2 FONTES DE DADOS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Desde 2013, todas as secretarias municipais de assistência social devem informar se possuem levantamento ou pesquisa que aponte o número de pessoas em situação de rua no município – e, caso tenham, dizer quantas pessoas estão nessa condição. Essa ainda é a principal fonte de informações oficiais sobre o assunto, sendo coletada anualmente pelo Ministério da Cidadania, por meio de questionário eletrônico conhecido como Censo Suas.<sup>3</sup>

Essa forma de coleta dos dados apresentou um desafio imediato para se medir o impacto da pandemia. A edição de 2020, aplicada entre outubro e novembro, não fazia distinção entre pesquisas realizadas antes ou depois de março de 2020, podendo até mesmo se referir ao final de 2019. A pergunta feita pelo Censo Suas foi: o órgão gestor possui levantamento ou pesquisa nos últimos doze meses que aponte o número de pessoas em situação de rua no município? Buscando mitigar o problema, realizou-se, para 72 grandes municípios, que agregam aproximadamente 50% da população em situação de rua no país, levantamento sistemático de dados disponíveis em páginas eletrônicas de secretarias municipais, em declarações oficiais e em relatórios de pesquisa. A pesquisa buscou, primordialmente, dados referentes ao período da pandemia, embora por vezes tenha extrapolado esse marco temporal. Para 14 dos 72 municípios não se encontrou dado relevante. Para os demais foram adicionadas e referenciadas mais de 150 fontes oficiais no período 2011-2022.

1. Incluindo a população em habitações coletivas e em domicílios improvisados.

2. Lei de 16 dezembro de 1830, arts. 295 e 296; Decreto nº 847/1890, arts. 399 e 400; Decreto-Lei nº 3.688/1941, art. 60. Vale ressaltar que tais normas são precedidas por “leis da vadiagem” similares durante o período colonial.

3. Suas – Sistema Único de Assistência Social.

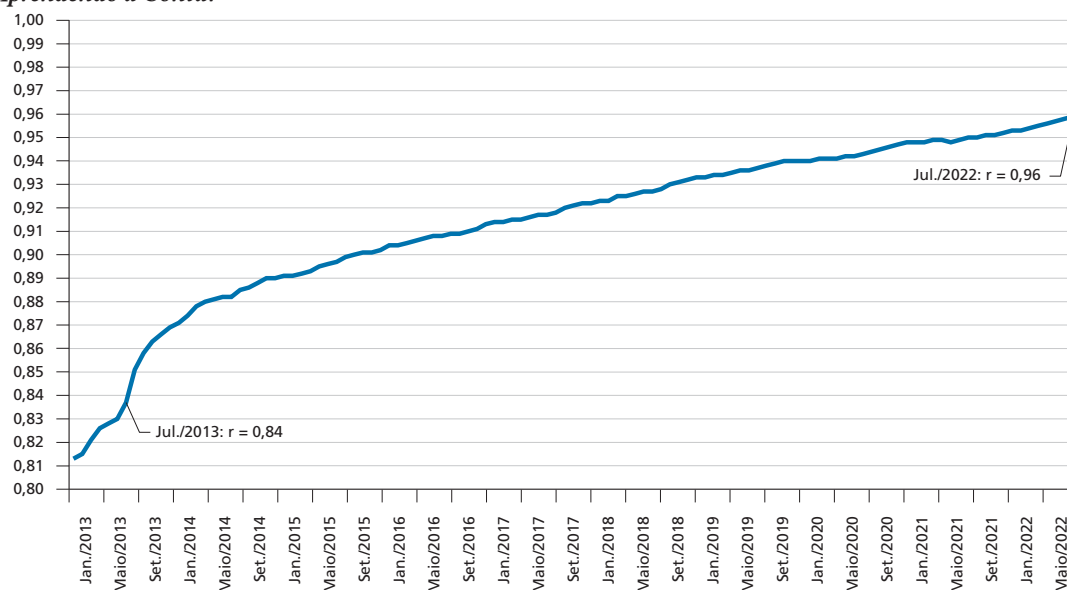
A maioria dos dados novos se refere a 2020, 2021 e 2022. Infelizmente, apenas para oito cidades foram localizados levantamentos ou pesquisas de 2020 com referência expressa ao mês de realização. Assim, o exercício serviu para a ampliação da base, mas não alcançou seu objetivo primeiro, que era mitigar o erro derivado do período de referência informado no Censo Suas 2020. Chama atenção, na pesquisa realizada, a existência de um número elevado de estimativas que são alternativas às oficiais, principalmente nas metrópoles, apresentadas por organizações não governamentais (ONGs) com histórico de atuação nessa área. De fato, foram referenciados – mas não adicionados à base de dados – 32 contextos município-ano em que a estimativa alternativa era manifestamente contrária às fontes oficiais. Como essas fontes alternativas via de regra indicam um número de pessoas em situação de rua maior que as fontes oficiais, à medida que essas fontes alternativas forem mais acuradas que as utilizadas, a estimativa a ser apresentada neste estudo terá um viés de subestimação.

Acerca da opção pelo uso exclusivo de dados oficiais, cabe destacar o que se tem como pano de fundo do esforço recente de ampliar as fontes de informação sobre esse segmento populacional. Há, incluindo nas políticas sociais, um legado de invisibilização do povo da rua por parte tanto da sociedade quanto do poder público. As interações de quem vive na rua com os agentes do Estado ainda é marcada por situações de assédio e violência em abrigos e em abordagens policiais, negação de atendimento por ausência de documentação ou domicílio fixo, subtração de pertences e expulsão do espaço urbano. É diante dessa realidade concreta que se faz relevante que esses indivíduos “sejam contados”, oficialmente e literalmente, como passo necessário para o reconhecimento deles como sujeitos de direitos. De fato, a PNPR determina, em seu art. 7º, “instituir a contagem oficial da população em situação de rua” como um de seus objetivos. Na medida em que este trabalho é decorrência direta dessa determinação, o uso de dados oficiais é o que melhor atende à demanda posta, salvo alteração na PNPR, ou mudança de entendimento da questão no âmbito do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (Ciamp-Rua). Para 2007 foram incorporados dados para todos os municípios com mais de 300 mil habitantes, incluindo os 72 municípios participantes da pesquisa *Aprendendo a Contar* (Quiroga da Cunha e Rodrigues, 2009), bem como os quatro municípios (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife) para os quais já existiam dados comparáveis de pesquisa.

Realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a pesquisa *Aprendendo a Contar* utilizou a mesma metodologia para todas as cidades. As quatro capitais que não participaram do estudo já possuíam pesquisas semelhantes. O objetivo de se incluir os dados desses 76 municípios foi acrescentar mais um parâmetro de comparação com os dados mais recentes advindos do Censo Suas – parâmetro este que, ainda que mais antigo, do ponto de vista do método de coleta da informação, é melhor que todos os demais. Os dados dessas pesquisas de campo, realizadas há cerca de quinze anos, estão altamente correlacionados, mês após mês, com o número de pessoas em situação de rua no CadÚnico. É interessante notar que o coeficiente de correlação, ao invés de diminuir ao longo dos anos, aumenta, saindo de 84% em julho de 2013 para 96% em julho de 2022 (gráfico 1).

#### GRÁFICO 1

**Coeficiente de correlação (r) entre o número de pessoas em situação de rua no CadÚnico<sup>1</sup> e na pesquisa *Aprendendo a Contar*<sup>2</sup>**



Fonte: Quiroga da Cunha e Rodrigues (2009); Brasil (2022c).

Elaboração do autor.

Notas: <sup>1</sup> CadÚnico: entre janeiro de 2013 e julho de 2022.

<sup>2</sup> *Aprendendo a Contar*: 2007.

Tomando 2007 como parâmetro de qualidade ou “padrão ouro”, uma explicação possível para essa constatação é que as equipes do CadÚnico dos grandes municípios vêm, na última década, aprimorando o trabalho de busca ativa desse segmento populacional. Se esse efeito aprimoramento for superior ao efeito esperado do tempo, tem-se o resultado observado. Seja como for, a medida sugere fortemente que o CadÚnico é – independentemente da sua relação com os dados informados via Censo Suas – um ótimo parâmetro para estimar o número real de pessoas em situação de rua. Suas desvantagens mais óbvias são: i) nem todas as pessoas em situação de rua estão no CadÚnico; e ii) nem todas as que estão no CadÚnico estão cadastradas como em situação de rua. Trata-se, entretanto, de um dado advindo de um painel contínuo e que, portanto, possui vantagens importantes em termos de monitoramento quando comparado com o Censo Suas. O modelo apresentado a seguir – assim como o utilizado no início da pandemia (Natalino, 2020) – é baseado nos dados do Censo Suas, mas se serve do CadÚnico para atualizar a estimativa desde o último Censo Suas (2021) até o último dado do CadÚnico disponível (julho de 2022).

A tabela 1 apresenta, por ano e a partir de 2007, o número de municípios com levantamento da população em situação de rua registrados na base de dados completa. Verifica-se uma tendência de crescimento nas informações disponíveis ano a ano, com 2021 sendo aquele com maior número de informações municipais (1.998). Também em 2021 se obtém o maior número de pessoas em situação de rua reportado oficialmente (181.885).

**TABELA 1**

**Número de municípios com estimativa de população de rua pelo ano de realização da estimativa e número total de pessoas em situação de rua nesses municípios ano a ano (2007-2021)**

| Ano da estimativa | Número de municípios | População total em situação de rua nos municípios com levantamento ou pesquisa |
|-------------------|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| 2007              | 76                   | 48.346                                                                         |
| 2008              | 2                    | 83                                                                             |
| 2009              | 8                    | 14.038                                                                         |
| 2010              | 28                   | 4.172                                                                          |
| 2011              | 28                   | 17.627                                                                         |
| 2012              | 200                  | 16.872                                                                         |
| 2013              | 1.057                | 47.091                                                                         |
| 2014              | 983                  | 35.321                                                                         |
| 2015              | 834                  | 48.339                                                                         |
| 2016              | 1.269                | 61.717                                                                         |
| 2017              | 1.391                | 72.682                                                                         |
| 2018              | 1.562                | 105.976                                                                        |
| 2019              | 1.594                | 118.835                                                                        |
| 2020              | 1.940                | 124.047                                                                        |
| 2021              | 1.998                | 181.885                                                                        |

Fonte: Brasil (2022a).  
Elaboração do autor.

Além da compilação dos resultados de levantamentos e pesquisas, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) disponibiliza uma série de outras informações sobre esse segmento. Mês a mês, município a município, equipamento público a equipamento público, o número de pessoas em situação de rua abordadas e atendidas pelas equipes do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Crea) e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) devem ser inscritas no Registro Mensal de Atendimento (RMA). Existem dados disponíveis a partir de 2013 (Brasil, 2022d). Na medida em que o RMA se institucionalize como atividade rotineira da assistência social e os dados nacionais sejam compilados com maior presteza, o número de pessoas em situação de rua abordadas a cada mês pelas equipes do Crea e do Centro POP pode eventualmente se tornar uma alternativa ao CadÚnico como parâmetro de atualização e monitoramento. No momento é comum que os municípios atrasem o envio das informações. Consequentemente, os meses mais recentes tendem a apresentar uma aparente queda nos números absolutos nacionais, o que é corrigido ao longo dos meses.

Anualmente, via Censo Suas, cada unidade de acolhimento – incluindo abrigos para adultos e famílias – informa quantos indivíduos estão acolhidos no momento, isto é, quando da resposta ao referido Censo, quantos foram acolhidos ao longo do ano e, também, a capacidade máxima de atendimento do local (número de vagas ou leitos). Ainda no campo da seguridade social, vale destacar que o Ministério da Saúde também disponibiliza, via painéis de indicadores da atenção primária,<sup>4</sup> o número de atendimentos realizados pelas equipes do programa Consultório na Rua. Outras fontes de informação relevantes são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que publica anualmente estimativas populacionais para cada município e divulga, também, o percentual de pessoas em áreas urbanas, o número de assalariados externos comandados pelo município – variável coletada no Censo de 2010, mas ainda altamente correlacionada com o número de pessoas em situação de rua – e o índice de influência municipal, parte da pesquisa *Regiões de Influência das Cidades*; e o Ipea, que calcula e divulga, com base em dados ainda do Censo de 2010, o índice de vulnerabilidade social (IVS), incluindo um componente relativo à infraestrutura urbana do município.

Por fim, há o já citado CadÚnico, fonte de uma série de dados sobre grupos e populações vulneráveis, como o número de famílias em situação de pobreza por município. O número de famílias em situação de rua cadastradas no CadÚnico é informado, mês a mês, município a município, desde setembro de 2012 (Brasil, 2022c). O último dado de painel longitudinal disponível à época da escrita deste estudo se refere a julho de 2022. Com isso, optou-se por apresentar neste trabalho estimativas anuais, referentes, aproximadamente, ao mês de julho. Aproximadamente porque, como já foi dito, os dados do Censo Suas não indicam o mês de realização de cada estimativa.

### 3 UMA NOTA DE CAUTELA: OS DESAFIOS POSTOS PELA PANDEMIA À COLETA DE DADOS

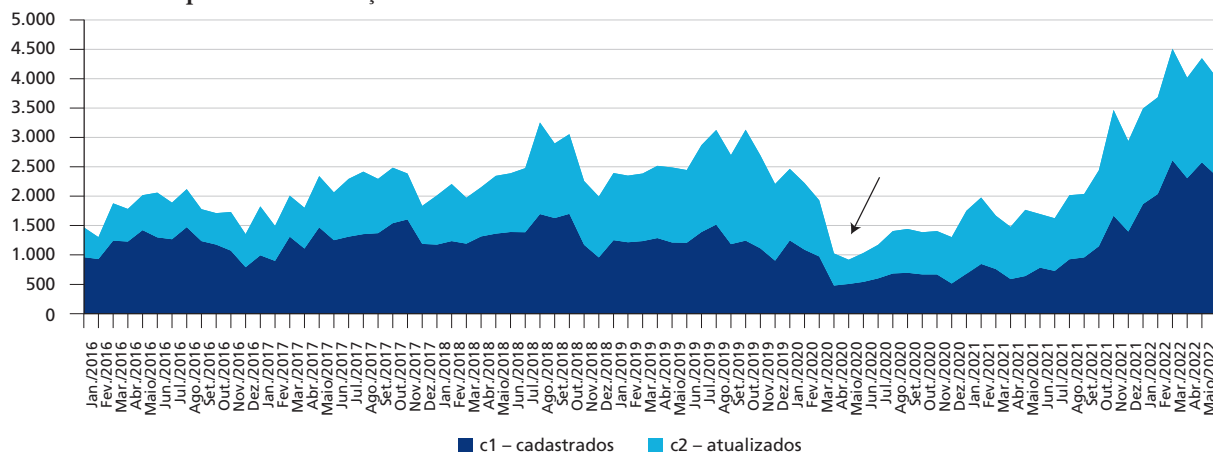
A ampliação da série histórica e a melhoria na qualidade das informações utilizadas para a estimativa são elementos positivos do ponto de vista da acurácia da estimativa. Segue sendo verdade, no entanto, que é bem mais difícil a contagem de pessoas não domiciliadas do que aquelas com endereço fixo. Por conta disso, é importante ressaltar que o que é possível medir, *strictu sensu*, é o número de pessoas em situação de rua que o Estado consegue enxergar.

Com a pandemia de covid-19, diversos indicadores sociais observaram quebras de trajetória nas suas séries históricas, resultado tanto das mudanças de comportamento das famílias e dos indivíduos quanto das ações e inações das instituições públicas no atendimento às demandas sociais. O sistema de saúde, em particular, enfrentou grande estresse, trabalhando amiúde acima da capacidade instalada, o que pode ter afetado tanto a demanda por serviços de saúde não relacionados à pandemia quanto a qualidade dos dados produzidos sobre os atendimentos e procedimentos realizados. A assistência social observou fenômeno análogo. Embora tenha aumentado, durante a pandemia, a outorga de benefícios eventuais – incluindo cestas básicas e kits de higiene –, a maioria das atividades rotineiras dos Cras e demais centros socioassistenciais foi reduzida em 2020 e, principalmente, 2021 (Brasil, 2022d).

O gráfico 2 apresenta o número de pessoas em situação de rua que foram cadastradas ou tiveram seu cadastro atualizado em Centros POP. É visível que há uma inflexão na trajetória de cadastrados e atualizados em março de 2020, e que essas atividades seguem sendo realizadas em um padrão abaixo do esperado até meados de 2021.

GRÁFICO 2

Número de pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico ou com cadastro atualizado em Centros POP



Fonte: Brasil (2022d).  
Elaboração do autor.



A pandemia também afetou os levantamentos e as pesquisas municipais com pessoas em situação de rua. Como apontado anteriormente, para o caso de 2020, temos que alguns dos dados disponibilizados se referem ao período anterior ao início da pandemia, e não há informação disponível que nos permita discernir qual o mês exato do levantamento. As três tabelas seguintes apresentam os coeficientes de correlação entre os resultados de levantamentos e pesquisas entre 2018 e 2021 e um conjunto de indicadores que, pela experiência das estimativas anteriores, são sabidamente altamente correlacionados ao número de pessoas efetivamente em situação de rua em dado município. A primeira delas correlaciona as pesquisas e os levantamentos entre si e sugere que o coeficiente de correlação “normal” gira em torno de 95%, exceto para 2020, quando o coeficiente de correlação com as demais pesquisas fica entre 55% e 70%.

TABELA 2

**Coeficiente de correlação (r) entre o número de pessoas em situação de rua em cada município, ano a ano (2018-2021)**

|                                   | Pessoas em situação de rua (2018) | Pessoas em situação de rua (2019) | Pessoas em situação de rua (2020) | Pessoas em situação de rua (2021) |
|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Pessoas em situação de rua (2018) | -                                 | 0,95                              | 0,55                              | 0,95                              |
| Pessoas em situação de rua (2019) | 0,95                              | -                                 | 0,55                              | 0,95                              |
| Pessoas em situação de rua (2020) | 0,55                              | 0,55                              | -                                 | 0,70                              |
| Pessoas em situação de rua (2021) | 0,95                              | 0,95                              | 0,70                              | -                                 |

Fonte: Brasil (2022a).  
Elaboração do autor.

A tabela 3, por sua vez, apresenta o mesmo exercício, mas tomando como referência o ano de 2007, quando todos os 76 municípios capitais e/ou com mais de 300 mil habitantes foram pesquisados seguindo metodologia idêntica ou muito similar. Por conta dessa característica, apesar da amostra pequena, 2007 serve como uma boa referência para avaliar resultados díspares em anos posteriores. O resultado é que para todos os anos a correlação gira em torno de 95%, com exceção de 2010, ano em que o coeficiente é de 72%.

TABELA 3

**Coeficiente de correlação (r) entre o número de pessoas em situação de rua na pesquisa *Aprendendo a Contar*, (incluindo São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre) e o número de pessoas em situação de rua, ano a ano (2018-2021)**

|                            | Pessoas em situação de rua (2018) | Pessoas em situação de rua (2019) | Pessoas em situação de rua (2020) | Pessoas em situação de rua (2021) |
|----------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| <i>Aprendendo a Contar</i> | 0,96                              | 0,95                              | 0,72                              | 0,95                              |

Fonte: Quiroga da Cunha e Rodrigues (2009); Brasil (2022c).  
Elaboração do autor.

Por fim, a tabela 4 apresenta o coeficiente de correlação entre a população em situação de rua aferida e uma série de indicadores relevantes. Ao utilizar o CadÚnico como base de comparação, novamente a correlação gira em torno de 95%, com exceção de 2020, em que o coeficiente é de 70%. Taxas de atendimento, de abordagem social, número de adultos acolhidos e de famílias em situação de pobreza indicam o mesmo. Mais uma vez, 2020 se destaca por apresentar coeficientes de correlação significativamente mais baixos.

Por razões já elencadas, era esperado que a pandemia exercesse um efeito na qualidade dos dados coletados. Todas as variáveis correlacionadas apontam que esse efeito é particularmente forte em 2020. Por conta disso, há que se exercer cautela quanto à utilização dos dados desse ano.

TABELA 4

**Coefficiente de correlação (r) entre o número de pessoas em situação de rua em cada município e o número de adultos em unidades de acolhimento, de pessoas em situação de rua abordadas pelos Creas e Centros POP, de pessoas em situação de rua atendidas pelos Creas e Centros POP e de famílias em situação de pobreza (2018-2021)**

|                                           | Pessoas em situação de rua (2018) | Pessoas em situação de rua (2019) | Pessoas em situação de rua (2020) | Pessoas em situação de rua (2021) |
|-------------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Pessoas em situação de rua no CadÚnico    | 0,94                              | 0,96                              | 0,70                              | 0,95                              |
| Adultos em unidades de acolhimento        | 0,92                              | 0,95                              | 0,68                              | 0,91                              |
| Número de abordados                       | 0,93                              | 0,95                              | 0,52                              | 0,92                              |
| Número de indivíduos atendidos            | 0,93                              | 0,93                              | 0,56                              | 0,84                              |
| Número de famílias em situação de pobreza | 0,88                              | 0,92                              | 0,53                              | 0,90                              |

Fonte: Quiroga da Cunha e Rodrigues (2009); Brasil (2022a; 2022b; 2022c).  
Elaboração do autor.

## 4 MODELO

O modelo tem por objetivo estimar o número de pessoas nas ruas em municípios que não têm levantamento oficial próprio, com base nos números informados por aqueles municípios que realizam levantamento ou pesquisa do tipo a cada ano. Ele assume estatisticamente uma distribuição de Poisson, em que cada habitante possui uma probabilidade  $x$  de estar em situação de rua. O número de habitantes representa uma variável de “exposição” ao fenômeno, servindo como *offset* em um modelo linear generalizado com ligação logarítmica. Trata-se do mesmo modelo estatístico utilizado nos estudos anteriores. Busca estimar distribuições populacionais que podem assumir valores altos quando o *offset* é alto, mas que frequentemente assumem um valor igual a zero.<sup>5</sup> Teoricamente, o modelo também assume os mesmos fatores das estimativas anteriores, a saber: i) número de habitantes (pop); ii) pobreza (pob); iii) grau de centralidade e dinamismo urbano (urb); iv) atuação da assistência social para com a população em situação de rua (suas); e v) número de pessoas em situação de rua no CadÚnico (cad).

Como na estimativa da linha de base da pandemia (março de 2020), mas não na referente a 2015, utiliza-se o CadÚnico para atualização dos dados do Censo Suas mês a mês. Em 2015 ainda não havia uma série histórica suficientemente grande de dados oficiais municipais que permitisse a realização de uma análise apenas com os dados de um ano. Ao realizar a estimativa para 2020, constatou-se que os dados utilizados para a estimativa de 2015, muitos dos quais se referiam a 2014, 2013 ou mesmo antes, estavam por demais defasados frente a uma realidade que aumentava a uma taxa anual bastante superior ao crescimento vegetativo da população brasileira.<sup>6</sup> Com base nesse aprendizado, além da atualização da estimativa para os anos anteriores, optou-se, a partir de então, por não utilizar informações do Censo Suas com mais de doze meses de defasagem para realizar a estimativa de cada ano. Note-se que, tanto em 2020 quanto em 2021, o número de municípios com informações é maior que a amostra original, com dados até 2015 ( $n = 1.924$ ), de modo que a restrição temporal não representa limitação relevante à base amostral.

Outra diferença relevante se refere ao uso do CadÚnico não apenas como um fator mas também como instrumento de atualização mensal dos números. A necessidade de atualizar a estimativa mês a mês foi uma decorrência da pandemia de covid-19 e teve como objetivo primeiro estimar, com base no Censo Suas 2019 e no CadÚnico, o número de pessoas em situação de rua em março de 2020. Este trabalho mantém o mesmo padrão. Primeiramente são calculadas as estimativas referentes a 2020 e 2021, e então se considera o adicional de pessoas cadastradas até julho de 2022 (último dado disponível). Esse método, evidentemente, é bem mais simples que o modelo utilizado para a estimativa anual, sendo também mais afetado por mudanças sazonais. Além disso, na medida em que o número de pessoas em situação de rua no CadÚnico é consistentemente menor que o número real de pessoas nessa condição, a atualização por esse indicador tende a resultar numa subestimativa. Por sua vez, se determinado município realiza uma busca ativa, cadastrando muitas pessoas ao longo do primeiro semestre de 2022, a atualização resultará numa superestimativa para esse município. São os limites do método utilizado.

5. Uma explicação mais detalhada do modelo, e do porquê utilizar esse modelo em detrimento de outras opções está disponível em Natalino (2016). Para mais detalhes, ver também Hinde e Demétrio (1998); Ridout, Demétrio e Hinde (1998).

6. O método utilizado na primeira estimativa, resumidamente, subestimava o tamanho do fenômeno porque considerava, na ausência de dados mais atualizados, informações com mais de dois anos de defasagem, enquanto o número de pessoas dormindo nas ruas aumentava a taxas acima de 10% ao ano. Como resultado, a estimativa original para 2015, de pouco mais de 100 mil pessoas em situação de rua, saltou para mais de 120 mil pessoas nas ruas naquele mesmo ano (Natalino, 2020).

A tabela 5 apresenta testes estatísticos simples de correlação ( $r$ ) entre o valor estimado e algumas variáveis-chave. O resultado sugere que o modelo possui validade interna, já que os valores estimados são altamente correlacionados tanto com a variável dependente (população em situação de rua informada oficialmente) quanto com o fator de atualização (CadÚnico). Os resultados completos, com a descrição das variáveis utilizadas, testes de significância – incluindo testes de efeito do modelo – para cada variável e as estimativas de parâmetro estão no apêndice. Em suma, tanto o teste de hipótese *omnibus* (do modelo como um todo) quanto o teste de hipóteses de cada um dos fatores utilizados individualmente apontam para a significância estatística dos parâmetros utilizados ( $p < 0,001$ ). Isso é verdade para ambos os anos focalizados.

TABELA 5

**Associação ( $r$ ) entre estimativa da população em situação de rua e variáveis-chave (2020 e 2021)**

|                                                                                   | Estimativa (2020) | Estimativa (2021) |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| População em situação de rua informada oficialmente no ano                        | 0,946             | 0,957             |
| População em situação de rua cadastrada (CadÚnico)                                | 0,989             | 0,972             |
| População em situação de rua acolhida                                             | 0,941             | 0,954             |
| Famílias em situação de pobreza                                                   | 0,854             | 0,890             |
| Assalariados externos comandados pelo município                                   | 0,965             | 0,960             |
| Fatorial (PCA) <sup>1</sup> do número de unidades socioassistenciais ( $z$ score) | 0,772             | 0,807             |

Fonte: IBGE (2015); Brasil (2022a; 2022b; 2022c).

Elaboração do autor.

Nota: <sup>1</sup> PCA – *principal component analysis* (análise de componentes principais).

A tabela 6 apresenta o número de pessoas em situação de rua, ano a ano, entre 2012 e 2022. Estima-se que, em 2022, existiam 281.472 pessoas em situação de rua no Brasil. O número é 38% maior que o valor estimado em 2019, e 211% superior ao estimado uma década atrás, em 2012. Para os anos de 2020 e 2021, os números estimados são de 214.451 e 232.147 pessoas, respectivamente. O crescimento bastante significativo entre 2021 e 2022 acompanha o crescimento acelerado nos registros do CadÚnico. Já o crescimento entre 2019 e 2020 é comparativamente modesto. É possível que parte da explicação para esse resultado seja os já discutidos problemas com relação aos dados de 2020, resultando em um viés de subestimação. É possível também que o mesmo fenômeno tenha afetado, em algum nível, os números oficiais para 2021. Não obstante, cabe destacar novamente que o modelo estatístico se mostrou satisfatório. Todas as variáveis utilizadas – *assalariados externos comandados pelo município* ( $z$  score, *cubo*), *fatorial do número de unidades da assistência social* (*pca*,  $z$  score), *IVS, infraestrutura urbana* ( $z$  score), *famílias pobres no CadÚnico* (*log*), *acolhidos e abordados pela assistência social* (*log*) e *famílias em situação de rua no CadÚnico* (*log*) – se mostraram estatisticamente relacionadas à variável dependente.

TABELA 6

**Número de pessoas em situação de rua no Brasil (2012-2022)**

| Ano  | População em situação de rua estimada |
|------|---------------------------------------|
| 2012 | 90.480                                |
| 2013 | 96.246                                |
| 2014 | 106.650                               |
| 2015 | 123.104                               |
| 2016 | 138.785                               |
| 2017 | 160.614                               |
| 2018 | 184.749                               |
| 2019 | 204.660                               |
| 2020 | 214.451                               |
| 2021 | 232.147                               |
| 2022 | 281.472                               |

Fonte: IBGE (2015); Ipea (2015); Brasil (2022a; 2022b; 2022c; 2022d).

Elaboração do autor.

A tabela 7, por sua vez, apresenta a estimativa de pessoas em situação de rua por grande região. A região Sudeste segue concentrando pouco mais de 50% do total, proporção que segue relativamente inalterada desde o início da série. Chama atenção o aumento, desde a pandemia, nos números da região Norte. Os municípios de Belém (Pará), Porto Velho (Rondônia), Manacapuru (Amazonas), Ji-Paraná (Rondônia) e Pacaraima (Roraima) afetaram significativamente esse crescimento. Note-se que, mesmo antes da pandemia, o número de pessoas em situação de rua no Norte já apresentava taxas de crescimento maiores que as do resto do país. Ao menos uma parte da explicação para isso é a região de fronteira. Pacaraima, por exemplo, é um município de pequeno porte, mas que informou ter 3.531 pessoas em situação de rua no ano de 2021. A segunda região com maior crescimento entre 2019 e 2022 foi o Nordeste, seguida pelo Sudeste e pelo Centro-Oeste.

TABELA 7

Número de pessoas em situação de rua por Grande Região (2012-2022)

| Ano  | Norte  | Nordeste | Sudeste | Sul    | Centro-Oeste | Brasil  |
|------|--------|----------|---------|--------|--------------|---------|
| 2012 | 3.147  | 16.088   | 46.702  | 15.928 | 8.615        | 90.480  |
| 2013 | 3.290  | 17.062   | 50.576  | 16.423 | 8.895        | 96.246  |
| 2014 | 3.656  | 17.804   | 57.482  | 17.859 | 9.850        | 106.650 |
| 2015 | 4.089  | 24.754   | 63.914  | 19.544 | 10.803       | 123.104 |
| 2016 | 4.622  | 27.698   | 74.197  | 21.957 | 10.313       | 138.785 |
| 2017 | 5.674  | 26.590   | 89.173  | 27.296 | 11.881       | 160.614 |
| 2018 | 7.826  | 29.827   | 99.796  | 32.975 | 14.325       | 184.749 |
| 2019 | 8.002  | 34.705   | 114.413 | 32.731 | 14.809       | 204.660 |
| 2020 | 9.404  | 35.721   | 120.104 | 34.809 | 14.413       | 214.451 |
| 2021 | 17.695 | 43.723   | 122.255 | 32.562 | 15.912       | 232.147 |
| 2022 | 18.532 | 53.525   | 151.030 | 39.178 | 19.207       | 281.472 |

Fonte: IBGE (2015); Ipea (2015); Brasil (2022a; 2022b; 2022c; 2022d).

Elaboração do autor.

Por fim, a tabela 8 traz os mesmos números desagregados, dessa vez por porte municipal. Seguindo a classificação utilizada pela Assistência Social, pequeno porte I se refere a municípios com até 20 mil habitantes. Pequeno porte II, de 20.001 a 50 mil. Médio porte, 50.001 a 100 mil. Grande porte, 100.001 a 900 mil. E, metrópole, 900.001 ou mais habitantes.

TABELA 8

Número de pessoas em situação de rua por porte municipal (2012-2022)

| Ano  | Pequeno I | Pequeno II | Médio  | Grande  | Metrópole | Brasil  |
|------|-----------|------------|--------|---------|-----------|---------|
| 2012 | 5.027     | 8.401      | 6.121  | 36.844  | 34.087    | 90.480  |
| 2013 | 5.053     | 8.571      | 6.400  | 38.245  | 37.977    | 96.246  |
| 2014 | 5.397     | 8.761      | 7.840  | 44.201  | 40.451    | 106.650 |
| 2015 | 6.226     | 9.183      | 9.441  | 49.642  | 48.612    | 123.104 |
| 2016 | 6.887     | 9.919      | 9.912  | 56.056  | 56.011    | 138.785 |
| 2017 | 7.256     | 11.147     | 12.344 | 65.459  | 64.408    | 160.614 |
| 2018 | 8.707     | 12.338     | 12.362 | 73.658  | 77.684    | 184.749 |
| 2019 | 9.247     | 14.256     | 13.959 | 81.806  | 85.392    | 204.660 |
| 2020 | 12.045    | 17.460     | 22.635 | 79.177  | 83.134    | 214.451 |
| 2021 | 17.688    | 21.854     | 24.355 | 88.437  | 79.813    | 232.147 |
| 2022 | 20.929    | 25.281     | 28.386 | 104.296 | 102.580   | 281.472 |

Fonte: IBGE (2015); Ipea (2015); Brasil (2022a; 2022b; 2022c; 2022d).

Elaboração do autor.

Estima-se que a população em situação de rua no Brasil tenha crescido 38% entre 2019 e 2022. Considerando o período de uma década (2012-2022), o crescimento foi de 211%. O crescimento da população brasileira na última década, entretanto, foi de apenas 11%. Isso considerando as estimativas do IBGE para os anos de 2011 e 2021, respectivamente, já que não existe estimativa populacional para 2022. Seja como for, qualquer eventual diferença nesse valor de 11% a ser observada quando tivermos dados para 2022 não afetará a conclusão principal. O crescimento da população em situação de rua se dá em ordem de magnitude superior ao crescimento vegetativo da população. Além disso, tal crescimento se acelerou nos últimos anos.

Para as políticas de seguridade social – incluindo acolhimento institucional, abordagem social, atendimento socioassistencial, oferta de alimentos, espaços de convivência em Centros POP, atendimento médico e odontológico, bem como procedimentos de saúde –, o estado de coisas se configura como um grande desafio. O planejamento de ofertas de serviços públicos, incluindo as dotações orçamentárias, as alocações de recursos humanos, a construção de novos espaços de atendimento etc. acaba correndo atrás de uma realidade que segue em expansão e que demanda cada vez maior atenção, sob risco de grave violação de direitos básicos de cidadania. O mesmo vale para outras intersecções do poder público com esse segmento populacional, por exemplo, a atuação das defensorias públicas, dos órgãos emissores de documentos civis e das atividades de zeladoria urbana. Reverter tal estado de coisas, ou mesmo desacelerar a atual tendência de crescimento, é um desafio imenso, mas, também, um imperativo inescapável – que passa necessariamente pela política habitacional.

Vale destacar, a respeito dessa necessária reversão de quadro, o papel imprescindível desempenhado pelo CadÚnico, que serve como porta de entrada para uma série de programas sociais, inclusive habitacionais. Embora o CadÚnico tenha, ano após ano, ampliado, em números absolutos, a quantidade de pessoas em situação de rua cadastradas e reduzido, em termos relativos, o percentual de indivíduos do mesmo grupo não cadastrados, o número de cadastrados ainda é significativamente menor do que o total de pessoas em situação de rua. Em julho de 2022 a diferença estimada era de 31%. Dada essa realidade, faz-se necessário reforçar os esforços de busca ativa desse segmento populacional para fins de cadastro.

Por fim, nota-se que o CadÚnico serve não apenas como “passaporte” para políticas sociais mas também como instrumento estratégico de diagnóstico, uma vez que permite a tabulação e atualização contínua das características socioeconômicas dos públicos nele incluídos, tais como escolaridade, localização geográfica, raça/cor etc. No caso da população em situação de rua, há questões específicas presentes no formulário do cadastro – por exemplo, o tempo que a pessoa está na rua – que podem e devem ser mais bem utilizadas pelo poder público. Dito isso, considerando o sub-registro de pessoas em situação de rua no CadÚnico, bem como a multiplicidade de causas e fatores interconectados na situação de rua, resultando em uma realidade complexa e diversa, o cadastro não substitui a necessidade de ser realizado um novo estudo nacional de grande escopo dessa população, quase quinze anos passados desde a realização da pioneira pesquisa *Aprendendo a Contar*.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS)**. Brasília: MDS, 2022a. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **Famílias em situação de pobreza no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal**. Brasília: MDS, 2022b. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>>.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **Famílias em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal**. Brasília: MDS, 2022c. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>>.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **Registro Mensal de Atendimento**. Brasília: MDS, 2022d. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Painéis de Indicadores da Atenção Primária à Saúde**. Brasília: MS, 2022e. Disponível em: <<https://sisaps.saude.gov.br/painelsaps/>>.
- CHALHOUB, S. Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 9, n. 1, 2, p. 53-68, 1983.
- HINDE, J.; DEMETRIO, C. G. B. Overdispersion: models and estimation. **Computational Statistics & Data Analysis**, v. 27, n. 2, p. 151-170, 1998.
- HOAGLIN, D. C.; IGLEWICZ, B.; TUKEY, J. W. Performance of some resistant rules for outlier labeling. **Journal of the American Statistical Association**, v. 81, n. 396, p. 991-999, 1986.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População em situação de rua**: relatório do teste-piloto. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

\_\_\_\_\_. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas de vulnerabilidade social dos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015.

NATALINO, M. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília: Ipea, 2016. (Texto para Discussão, n. 2246).

\_\_\_\_\_. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 73).

QUIROGA DA CUNHA, J. V.; RODRIGUES, M. (Org.). **Rua**: aprendendo a contar – Pesquisa Nacional sobre a População de Rua. Brasília: MDS, 2009.

RIDOUT, M.; DEMETRIO, C. G. B.; HINDE, J. Models for count data with many zeros. **International Biometric Conference**, v. 13, p. 1-13. Cape Town, Dec. 1998.

SCHEFFER, J. Dealing with missing data. **Research Letters in the Information and Mathematical Sciences**, v. 3, p. 153-160, 2002.

SCHUCH, P. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. *In*: FONSECA, C.; MACHADO, H. (Org.). **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Cegov, p. 121-145, 2015.

TABELA A.1

## Informações do modelo (2021)

| Variável dependente           | População de rua 2021               |
|-------------------------------|-------------------------------------|
| Distribuição de probabilidade | Poisson                             |
| Função de ligação             | Log                                 |
| Variável de <i>offset</i>     | População total 2021 ( <i>log</i> ) |

Elaboração do autor.

TABELA A.2

Teste de significância *Omnibus* (2021)

| Qui-quadrado de razão de verossimilhança | Graus de liberdade | Significância |
|------------------------------------------|--------------------|---------------|
| 37462,853                                | 7                  | ,000          |

Elaboração do autor.

TABELA A.3

## Testes de efeitos do modelo (2021)

| Origem                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Tipo 1               |                    |               |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------|---------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Qui-quadrado de Wald | Graus de liberdade | Significância |
| Intercepto                                                                                                                                                                                                                                                                               | 7.844.552,824        | 1                  | ,000          |
| Assalariados externos comandados pelo município ( <i>z score</i> , <i>cubo</i> )                                                                                                                                                                                                         | 11.716,453           | 1                  | ,000          |
| Número de centros de referência de assistência social (Cras), centros de referência especializados de assistência social (Creas), centros de referência especializados para população em situação de rua (Centros POP) e unidades de acolhimento (fatorial <i>pca</i> , <i>z score</i> ) | 3.861,313            | 1                  | ,000          |
| Famílias pobres ( <i>log</i> )                                                                                                                                                                                                                                                           | 569,673              | 1                  | ,000          |
| População de rua no Cadastro Único (CadÚnico) (+1, <i>log</i> )                                                                                                                                                                                                                          | 1.132,822            | 1                  | ,000          |
| População de rua: acolhidos + abordados (+1, <i>log</i> )                                                                                                                                                                                                                                | 9.793,644            | 1                  | ,000          |
| Índice de vulnerabilidade social (IVS) infraestrutura urbana ( <i>z score</i> )                                                                                                                                                                                                          | 112,401              | 1                  | ,000          |
| População em área urbana (percentual)                                                                                                                                                                                                                                                    | 20,409               | 1                  | ,000          |

Fonte: IBGE (2015), Ipea (2015) e Brasil (2022a; 2022b; 2022c; 2022d).

Elaboração do autor.

TABELA A.4

## Estimativas de parâmetro (2021)

| Parâmetro                                                                                    | B        | Erro-padrão | 95% intervalo de confiança de Wald |          | Teste de hipótese    |                    |               |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-------------|------------------------------------|----------|----------------------|--------------------|---------------|
|                                                                                              |          |             | Inferior                           | Superior | Qui-quadrado de Wald | Graus de liberdade | Significância |
| Intercepto                                                                                   | -7,372   | ,0265       | -7,424                             | -7,320   | 77350,333            | 1                  | ,000          |
| Assalariados externos comandados pelo município ( <i>z score, cubo</i> )                     | 2,642E-6 | 8,7133E-8   | 2,472E-6                           | 2,813E-6 | 919,605              | 1                  | ,000          |
| Número de Cras, Creas, Centros POP e unidades de acolhimento (fatorial <i>pca, z score</i> ) | -,035    | ,0009       | -,036                              | -,033    | 1381,858             | 1                  | ,000          |
| Famílias pobres ( <i>log</i> )                                                               | -,084    | ,0035       | -,091                              | -,077    | 593,699              | 1                  | ,000          |
| População de rua no CadÚnico (+1, <i>log</i> )                                               | ,026     | ,0021       | ,022                               | ,030     | 152,275              | 1                  | ,000          |
| População de rua: acolhidos + abordados (+1, <i>log</i> )                                    | ,289     | ,0031       | ,282                               | ,295     | 8411,502             | 1                  | ,000          |
| IVS infraestrutura urbana ( <i>z score</i> )                                                 | -,048    | ,0041       | -,057                              | -,040    | 136,990              | 1                  | ,000          |
| População em área urbana (percentual)                                                        | -,131    | ,0289       | -,187                              | -,074    | 20,409               | 1                  | ,000          |
| (Escala)                                                                                     | 1ª       |             |                                    |          |                      |                    |               |

Fonte: IBGE (2015), Ipea (2015) e Brasil (2022a; 2022b; 2022c; 2022d).  
Elaboração do autor.

TABELA A.5

## Informações do modelo estatístico (2020)

| Variável dependente           | População de rua 2020               |
|-------------------------------|-------------------------------------|
| Distribuição de probabilidade | Poisson                             |
| Função de ligação             | <i>Log</i>                          |
| Variável de <i>offset</i>     | População total 2020 ( <i>log</i> ) |

Elaboração do autor.

TABELA A.6

Teste de significância *Omnibus* (modelo 2020)

| Qui-quadrado de razão de verossimilhança | Graus de liberdade | Significância |
|------------------------------------------|--------------------|---------------|
| 51.253,976                               | 7                  | ,000          |

Elaboração do autor.



TABELA A.7

## Testes de efeitos do modelo (2020)

| Origem                                                                                               | Tipo 1               |                    |               |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------|---------------|
|                                                                                                      | Qui-quadrado de Wald | Graus de liberdade | Significância |
| Intercepto                                                                                           | 6.938.430,549        | 1                  | ,000          |
| Assalariados externos comandados pelo município ( <i>z score</i> , <i>cubo</i> )                     | 18.879,559           | 1                  | ,000          |
| Número de Cras, Creas, Centro POP e unidades de acolhimento ( <i>fatorial pca</i> , <i>z score</i> ) | 2.769,931            | 1                  | ,000          |
| Famílias pobres ( <i>log</i> )                                                                       | 2.869,035            | 1                  | ,000          |
| População de rua no CadÚnico (+1, <i>log</i> )                                                       | 5.064,037            | 1                  | ,000          |
| População de rua: acolhidos + abordados (+1, <i>log</i> )                                            | 4.930,999            | 1                  | ,000          |
| IVS infraestrutura urbana ( <i>z score</i> )                                                         | 871,612              | 1                  | ,000          |
| População em área urbana (percentual)                                                                | 7.535,085            | 1                  | ,000          |

Fonte: IBGE (2015), Ipea (2015) e Brasil (2022a; 2022b; 2022c; 2022d).  
Elaboração do autor.

TABELA A.8

## Estimativas de parâmetro (2020)

| Parâmetro                                                                                              | B        | Erro- padrão | 95% intervalo de confiança de Wald |          | Teste de hipótese    |                    |               |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|--------------|------------------------------------|----------|----------------------|--------------------|---------------|
|                                                                                                        |          |              | Inferior                           | Superior | Qui-quadrado de Wald | Graus de liberdade | Significância |
| Intercepto                                                                                             | -7,152   | ,0334        | -7,218                             | -7,087   | 45.737,797           | 1                  | ,000          |
| Assalariados externos comandados pelo município ( <i>z score</i> , <i>cubo</i> )                       | 4,320E-6 | 1,0293E-7    | 4,118E-6                           | 4,521E-6 | 1.761,262            | 1                  | ,000          |
| Número de Cras, Creas e Centros POP e unidades de acolhimento ( <i>fatorial pca</i> , <i>z score</i> ) | -,026    | ,0011        | -,028                              | -,023    | 544,624              | 1                  | ,000          |
| Famílias pobres ( <i>log</i> )                                                                         | -,345    | ,0039        | -,352                              | -,337    | 7.667,226            | 1                  | ,000          |
| População de rua no CadÚnico (+1, <i>log</i> )                                                         | ,294     | ,0041        | ,286                               | ,303     | 5.064,037            | 1                  | ,000          |
| População de rua: acolhidos + abordados (+1, <i>log</i> )                                              | ,079     | ,0038        | ,072                               | ,087     | 426,211              | 1                  | ,000          |
| IVS infraestrutura urbana ( <i>z score</i> )                                                           | ,063     | ,0045        | ,054                               | ,072     | 192,538              | 1                  | ,000          |
| População em área urbana (percentual)                                                                  | 1,279    | ,0375        | 1,205                              | 1,352    | 1164,017             | 1                  | ,000          |
| (Escala)                                                                                               | 1a       |              |                                    |          |                      |                    |               |

Fonte: IBGE (2015), Ipea (2015) e Brasil (2022a; 2022b; 2022c; 2022d).  
Elaboração do autor.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS)**. Brasília: MDS, 2022a. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **Famílias em situação de pobreza no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal**. Brasília: MDS, 2022b. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>>.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **Famílias em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal**. Brasília: MDS, 2022c. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>>.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **Registro Mensal de Atendimento**. Brasília: MDS, 2022d. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas de vulnerabilidade social dos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015.

## EDITORIAL

### Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

### Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

### Supervisão

Aline Cristine Torres da Silva Martins

### Revisão

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Lis Silva Hall

Luciana Bastos Dias

Rebeca Raimundo Cardoso dos Santos

Vivian Barros Volotão Santos

Débora Mello Lopes (estagiária)

Maria Eduarda Mendes Laguardia (estagiária)

### Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Mayana Mendes de Mattos

Mayara Barros da Mota

### Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

### **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.